



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Entidade: Prefeitura Municipal

Exercício de 2020

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Prefeitura de União do Oeste – SC, é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 78.505.591/0001-46, com sede administrativa localizada à Avenida São Luiz, 531, Centro, Município de União do Oeste, estado de Santa Catarina.

As atividades operacionais do Município são amparadas pela Lei Municipal nº. 1.146/2019 (Lei Orçamentária Anual).

As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema SAPO - Contabilidade, da Empresa Betha Sistemas e incluem os dados contábeis da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Executivo – Entidade Prefeitura Municipal - e referem-se ao exercício financeiro de 2020, coincidindo por disposição legal com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Os resultados do exercício de 2020 estão evidenciados nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, cujo rol é composto por:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.



2. DIRETRIZES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, foram elaboradas de acordo com os critérios de avaliação dos elementos patrimoniais e as práticas contábeis emanadas pela Lei nº 4.320/1964. Foram observadas as normas, instruções e procedimentos contábeis atinentes ao atual processo gradual de transição, em virtude da convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Pública e conforme as exigências da Lei 4.320/64.

3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 e alterações que estabelecem normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o orçamento consolidado da Prefeitura do Município de União do Oeste, para o exercício de 2020, instituído por meio da Lei Municipal nº 1.146/2019, que estimou a receita e fixou a despesa da Entidade Prefeitura em R\$ 16.250.000.

3.1 – Execução Orçamentária:

3.1.1 – Execução Orçamentária da Receita:

Os registros de classificação da receita tributária, são gerenciados por meio do Sistema de Administração Tributária Beta Tributos, integrando ao sistema de contabilidade e tesouraria. A integração entre os sistemas é realizada diariamente.

A previsão inicial da Receita para a entidade Prefeitura em 2020 foi de R\$ 16.250.000,00, dos quais foram arrecadados R\$ 18.026.875,18 que representou 110,93% da receita orçada, isto é, 10,93% a maior que o previsto, correspondente a R\$ 1.776.875.18.

As Receitas Correntes corresponderam a 86,17% da arrecadação total, somando R\$ 15.534.310,17. Basicamente a principal fonte de recursos são as Transferências Correntes que totalizaram R\$ 14.417.400,58, ou seja, esta receita atinge o percentual de 79,98% da Receita total arrecadada.

As Receitas de Capital, por sua vez, totalizaram R\$ 2.492.565,01, representando um percentual de 13,86% do total arrecadado, essa receita é decorrente de transferências da União no valor de R\$ 788.750,00, transferências dos Estados no montante de R\$ 300.000,00, Alienação de Bens R\$ 140.800,00 (venda de bens móveis) e também se obteve um valor de



R\$ 1.263.015,01 relativo a Operações de Crédito (financiamentos para pavimentação de ruas e para construção de ginásio de esportes).

3.1.2 - Dos créditos adicionais

O total dos créditos adicionais suplementares normais de ajuste, créditos por conta do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior, perfizeram o valor de R\$ 6.102.668,33 distribuídos conforme sua origem a seguir.

3.1.2.1 - Dos créditos adicionais suplementares:

Durante o Exercício 2020, foram abertos os créditos adicionais suplementares com a utilização do superávit financeiro do exercício anterior (2019) no valor de R\$ 1.333.244,93. Créditos por excesso de arrecadação geraram um valor total de R\$ 3.334.844,90 relativo à arrecadação por conta de convênios recebidos, transferências da união e estados em apoio aos municípios e outras relativas a operações de créditos. Também foram abertos créditos suplementares por anulação de dotação no valor de R\$ 1.434.578,50, principalmente utilizados para ajustes orçamentários em rubricas dentro do mesmo projeto/atividade.

Todos os créditos adicionais foram autorizados em Lei e abertos por decreto do Executivo ou Por Lei Específica.

3.1.3 - Execução Orçamentária da Despesa:

Os registros de classificação da despesa foram efetuados em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 7ª edição, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001.

O total da despesa da entidade empenhada no exercício de 2020 foi de R\$ 14.339.578,00, dos quais, foram liquidados (despesas realizadas) R\$ 13.611.595,02 e pagos o valor de R\$ 13.263.116,46.

Das despesas empenhadas, o valor de R\$ de R\$ 10.669.021,07 se refere a despesas correntes, despesas estas atreladas ao custeio das atividades do município, para funcionamento e atendimentos geral dos programas desenvolvidos no exercício, e o valor de R\$ 3.670.556,93 se refere a despesas para investimento o que resultou ou resultará em produção ou aquisição de bens públicos equivalente a bens imóveis (edificações, ruas, passeios, etc.) e aquisição de bens móveis (mobiliário, veículos, equipamentos de informática, etc.).



3.1.4 – Resultado Orçamentário

A confrontação entre a Receita arrecadada e a Despesa empenhada (R\$ 18.026.875,18 – R\$ 14.339.578,00) apresentou no exercício de 2020 um superávit orçamentário de R\$ 3.687.297,18, demonstrando uma situação positiva da entidade analisada.

3.1.5 – Restos a Pagar

O Balanço orçamentário demonstra a movimentação dos restos a pagar da seguinte maneira:

As despesas e restos a pagar processados e não processados liquidados, representavam o valor de R\$ 264.664,01, tiveram seu pagamento parcial de R\$ 263.322,30, sendo que o valor residual de R\$ 1.341,71 foi anulado devido a empenhos que tiveram valores suprimidos e despesas que não foram liquidadas (realizadas).

As despesas inscritas em 31 de dezembro do ano anterior, não processadas, representavam o valor de R\$ 288.789,78, tiveram seu pagamento parcial de R\$ 284.713,99 sendo que o valor residual de R\$ 4.075,79 foi anulado devido a despesa não apresentar documentos fiscais e não ter sua comprovação efetivada.

4 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro da Entidade Prefeitura Município de União do Oeste evidencia os valores dos ingressos orçamentários e extra orçamentários em confrontação com os desembolsos orçamentários e extra orçamentários, classificados em recursos ordinários e vinculados, apresentando os saldos das disponibilidades financeiras iniciais e finais.

No exercício de 2020 o Balanço Financeiro da entidade apresentou a seguinte composição:

4.1 – A Receita Orçamentária totalizou R\$ 18.026.875,18, desse total a Receita Ordinária somou R\$ 13.318.599,65 enquanto que a receita vinculada fez o montante de R\$ 4.708.275,53.

4.2 – A Despesa Orçamentária fez o total de R\$ 14.339.578, desse total o valor de R\$ 10.081.408,09 refere-se a recursos livres (próprios) e R\$ 4.258.169,91 a recursos vinculados.



4.3 – Da apuração do resultado POR Fonte de Recurso:

Abaixo o quadro demonstrando as disponibilidades financeiras por vinculação em conta bancária em comparação com a despesa empenhada (comprometida):

RESUMO - Apuração Resultado Por D.F.R				
Recurso	Saldo Financeiro	DDO	Restos a pagar	Apuração de saldo
Próprio	1.489.267,08	2663,48	232.828,02	1.253.775,58
Vinculados	1.870.333,03	15168,16	843.633,52	1.011.531,35
TOTAL	3.359.600,11	17.831,64	1.076.461,54	2.265.306,93

O saldo da disponibilidade financeira (superávit) apresentada pelo Balanço Financeiro em 31/12/2020 foi de R\$ 2.265.306,93 sendo incluso neste valor R\$ 1.011.531,35 referente a depósito de recursos vinculados (atrelados a programas específicos com aplicação pré-estabelecida) e R\$ 1.253.775,58 referente a recursos próprios de livre aplicação. Vale lembrar que o saldo da dívida fluante ou de restos a pagar (empenhos e despesas extras) totalizaram um montante de R\$ 1.094.293,18.

5 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial (BP) anexo 14, demonstram os lançamentos realizados nos grupos 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) e visam expressar qualitativa e quantitativamente o patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos a disposição das Aziendas Públicas.

O Balanço Patrimonial, em conformidade com as NBCTSP, é composto por cinco grandes grupos, quais sejam:

Ativo e Passivo circulante; - Ativo e Passivo Não Circulante; e - Patrimônio Líquido.

5.1 – Ativo:

O Ativo do Município em 31/12/2020 totalizou um montante de R\$ 19.978.963,43.

O Ativo Circulante, de curto prazo, que engloba os elementos patrimoniais disponíveis para realização imediata ou com expectativa de realização até o término do exercício seguinte,



MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
CNPJ: 78.505.596/0001/46

alcançou a soma de R\$ 3.456.472,49, desse total, R\$ 3.359.600,11 representam a conta caixa e equivalentes, representa 97,20% do Ativo Circulante.

O Ativo Não Circulante, de longo prazo, que contém os elementos cuja expectativa de realização extrapola o término do exercício seguinte, totalizou R\$ 16.522.490,94 compreende também todo o imobilizado e dívida ativa e outros créditos a cobrar a longo prazo.

Quanto ao Ativo Imobilizado ressalta-se que os critérios de avaliação se dão inicialmente pelo custo de aquisição, conforme preceitua o artigo 106, II, da lei nº 4.320/64, enquanto que os bens em inventário de regularização sofrerão atualização e terão como avaliação inicial, considerando o critério do “valor justo”, equivalente ao preço de mercado, em decorrência das convergências às Normas Contábeis.

Foram detectadas divergência de valores nas contas patrimoniais da contabilidade em confrontação com o departamento de patrimônio do município. Foram efetuados ajustes, porém não se obteve um resultado que pudesse dar segurança aos registros existente, desta forma foi solicitado ao controle interno para averiguação. Perante ao exposto decidiu-se que para fazer os ajustes corretos e levantar os devidos valores para os bens patrimoniais deverá ser realizada uma nova contagem em loco de todo o imobilizado, fazendo as devidas conferências, avaliando cada bem com o valor atual de mercado, fazendo baixas necessárias e readequando a realidade patrimonial existente.

Os processos de depreciações foram suspensos devido as divergências encontradas, pois os cálculos poderiam interferir de forma inadequada nos futuros ajustes contábeis os quais deverão ser efetuados com base na nova recontagem e avaliação patrimonial já programada para início de 2021.

5.2 – Passivo e Patrimônio Líquido:

O total do Passivo é de R\$ 2.301.447,81, e corresponde as obrigações a pagar.

O Passivo Circulante, que corresponde a valores exigíveis até o final do exercício seguinte; ou valores de terceiros ou retenção em nome deles, independentemente do prazo de exigibilidade, somou R\$ 729.975,72 e o Passivo Não Circulante apresentou um valor de R\$ 1.571.472,09, valor este relativo a empréstimos e financiamentos a longo prazo.

O Patrimônio Líquido totalizou o valor de R\$ 17.677.515,62, sendo que o mesmo correspondente a todos os bens e direitos menos (deduzido) as obrigações ou compromissos que envolvam valores a pagar.



As contas de ajustes de exercícios anteriores receberam lançamentos no montante de R\$ 123.567,03 em decorrência de lançamento (ajustes) contábeis.

Do Resultado Financeiro e Patrimonial

Para averiguar o resultado patrimonial, analisemos:

O Ativo financeiro disponível no exercício de 2020, totalizou o valor de R\$ **3.359.600,11**, dentre os quais encontram-se comprometidos em restos a pagar o montante de **1.094.293,18**, ou seja, obtemos um resultado geral de superávit no montante de **2.265.306,93**, recursos que se encontram disponíveis no caixa (bancos) do Município. O Ativo Patrimonial (bens e direitos) totalizou o valor de R\$ 19.978.963,43; já o Passivo (obrigações) perfaz o montante de R\$ 2.301.447,81 e por fim o Patrimônio Líquido (bens, direitos deduzidas as obrigações) R\$ passou de R\$ 14.866.922,31 para R\$ 17.677.515,62, demonstrando a boa gestão financeira e patrimonial no município.

Assim demonstra um resultado positivo (aumento patrimonial) no montante de R\$ 2.687.026,28 demonstrando uma situação patrimonial favorável a investimentos e a um desenvolvimento dos serviços públicos.

6 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

As Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP) demonstram os lançamentos realizados nos grupos 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) e demonstram as variações quantitativas no patrimônio da entidade. Dessa forma, o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O total apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

Em 2020 as variações patrimoniais aumentativas somaram R\$ 20.225.529,19, enquanto as variações patrimoniais diminutivas totalizaram R\$ 17.538.502,91.

O resultado patrimonial do exercício de 2019, comparando as variações aumentativas com as diminutivas, apresentaram um resultado positivo no valor de R\$ 2.687.026,28, aumentando o patrimônio líquido da entidade.



7 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC - CONSOLIDADA

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC – apresenta a análise da capacidade da entidade para gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, sendo composta pelos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apurando-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.

A DFC do Município de União do Oeste, apresentou ao final do exercício de 2020 os seguintes fluxos responsáveis pela geração líquida de caixa e equivalente de caixa:

Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor de R\$ 357.883,72

Caixa e Equivalente de Caixa Inicial no valor de R\$ 2.580.040,67.

Caixa e Equivalente de Caixa Final no valor de R\$ 3.359.600,11.

8 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido demonstra a evolução do Patrimônio Líquido da Entidade Prefeitura Municipal de União do Oeste e seus órgãos e Unidades.

No exercício de 2020 a DMPL apresentou as seguintes movimentações:

Saldo inicial no valor de R\$ 14.866.922,31

Ajustes de Exercícios Anteriores: - R\$ 123.567,03 relativo aos ajustes que movimentaram o sistema patrimonial.

Resultado do Exercício R\$ 2.687.026,28.

Saldo Final do Exercício de 2020: R\$ 17.677,515,62 que representa um aumento 18,91% no patrimônio da Entidade.

9 – DIVIDA FUNDADA INTERNA

O Município para poder promover investimentos públicos que se faziam necessários, buscou junto a instituição financeira (Badesc) empréstimos os quais configuraram um montante de R\$ 2.092.541,84 (valor principal) sendo que havia saldo em circulação anterior de 730.132,80 (em execução) e uma emissão no decorrente exercício de 2020 de 1.735.846,57. No decorrer do exercício foi resgatado (pago) R\$ 894.507,28 ficando um saldo para pagamento nos exercícios seguintes de R\$ 1.571.472,09.



MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
CNPJ: 78.505.596/0001/46

10 – CONCLUSÃO

O presente relatório de Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP – foi elaborado com o objetivo de apresentar informações relevantes no contexto da gestão municipal, visando evidenciar de forma mais clara e transparente os dados contidos nos Demonstrativos apresentados resultantes da gestão do exercício de 2020.

Analisando as informações é possível constatar que o Município mantém controle das finanças públicas, de modo que as despesas são inferiores às receitas, mantendo os cofres públicos com saldo positivo, e conseqüentemente com valores disponíveis para aplicação imediata em investimentos e novos programas para melhoria dos serviços públicos municipais.

Alexandre Marcos Martinelli
Contador CRC/SC Nº 028267/O-1